China — para onde vai a agricultura? — V

TRADUÇÃO DE MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Continuando a série sobre a agricultura chinesa, apresentamos neste número a parte dos relatórios que trata dos óleos vegetais e do algodão.

Óleos vegetais

O consumo *per capita* chinês de óleos vegetais (7,5kg) é baixo quando comparado com o de outros países do Extremo Oriente, como Coréia (12,2kg), Japão (16,7kg), Hong-Kong (23,1kg) e Taiwan (24,3kg). O consumo dos óleos vegetais pode ser distribuído em três grupos de uso: no lar, em locais públicos (restaurantes, lanchonetes, hotéis) e em indústrias de processamento de alimentos. O consumo de gorduras das residências urbanas é 45% superior ao dos domicílios rurais. Em 1994, o consumo urbano doméstico foi de 8,22kg *per capita* (dos quais 92% em óleos vegetais), enquanto no setor rural foi de 5,66kg (dos quais 30% de origem animal).

À medida que a renda cresce, o consumo total de gorduras comestíveis aumenta e há uma substituição das gorduras de origem animal pelos óleos vegetais.

À medida que a renda cresce, o consumo total de gorduras comestíveis aumenta e há uma substituição das gorduras de origem animal pelos óleos vegetais. Entre 1977 e 1988, o consumo domiciliar de óleos vegetais aumentou 14% ao ano. Entre 1988 e 1994, a taxa de crescimento anual nos domicílios urbanos foi de apenas 2% e nos rurais de 3%. Isso mostra que, a partir do momento em que os consumidores vêem atendidas suas necessidades nutricionais básicas e se sentem seguros desse atendimento, o consumo de óleos comestíveis tende a estabilizar-se.

A partir de 1992, os subsídios ao consumo domiciliar de óleos vegetais nos centros urbanos foi sendo eliminado nas várias províncias. Embora a inflação elevada registrada no ano seguinte tenha provocado a retomada de tais subsídios, só algumas áreas foram atingidas. Portanto, a partir de 1993, os preços de mercado dos óleos vegetais aumentaram substancialmente e as despesas *per capita* com os mesmos aumentou 65% em 1994, enquanto o consumo cresceu 4%. Dessa forma, tomando-se as taxas anuais de crescimento da renda urbana e rural, de 4 e 7% respectivamente, registradas nos últimos 10 anos, podem-se projetar aumentos de 3 a 4% no consumo doméstico de óleos vegetais.

O consumo dos óleos vegetais em locais fora do domicílio (restaurantes, lanchonetes e outros) passou a ter considerável importância e está fortemente relacionado à evolução da renda. Se este fator for levado em conta, pode-se projetar um crescimento anual de 4 a 5%.

O consumo dos óleos vegetais na indústria processadora de alimentos, por outro lado, é uma das principais forças a estimular a importação de óleos vegetais. Essas indústrias estão crescendo rapidamente em função tanto da demanda interna quanto das exportações. Recentemente a China importou equipamentos para a indústria de *fast food* (sobretudo máquinas para a produção de macarrão) e constituíram-se diversas *joint ventures* no ramo. Assim, é de se prever que o consumo industrial de óleos vegetais seja o segmento a apresentar a maior taxa de expansão (algo entre 7 e 10%). O óleo de dendê predomina e suas importações devem crescer bastante. Em síntese, considerando os três segmentos do consumo, podemos projetar um aumento anual de 5 a 6% na demanda de óleos vegetais.

A China tem aumentado constantemente sua capacidade de esmagamento de oleaginosas, tanto no que diz respeito às empresas nacionais quanto às *joint ventures*. Em 1993, a capacidade de moagem era de 9,6 milhões de toneladas e, levando-se em conta que essa capacidade continua sendo expandida, tudo indica que as importações chinesas de oleaginosas continuarão fortes nos próximos anos. Dadas as mudanças na preferência dos consumidores em busca de óleos de qualidade mais alta, as importações de soja em grão deverão registrar maior expansão. Essa tendência será reforçada, ainda, pela intensificação na demanda de rações com alto conteúdo de proteínas. Projeta-se para os próximos 10 anos um aumento anual de cerca de 20% nas importações de soja em grão, enquanto as exportações chinesas da oleaginosa deverão se reduzir cerca de 3% ao ano.

As decisões relativas à importação de óleos comestíveis, na China, só parcialmente levarão em conta aspectos de oferta e demanda. Considerações de política econômica relativas à descentralização e/ou recentralização de direitos de importação e de subsídio aos estoques de alimentos deverão desempenhar um papel importante nessas decisões.

Algodão

As substanciais importações do período 1994/95 se prolongaram no ano comercial seguinte. Analistas explicam o aumento substancial nas importações chinesas de algodão que se verificaram nos últimos anos, como decorrência dos baixos preços oficiais para a fibra — que levaram os agricultores a vender sua safra no mercado negro —, das dificuldades em transportar algodão das regiões superavitárias para as deficitárias e da necessidade de recompor estoques que se encontravam em níveis bem baixos.

Há, contudo, indicações de que os estoques de algodão chinês na verdade seriam bastante grandes e o esclarecimento da sua efetiva posição é dificultada pelo fato de que os dados sobre estoques de algodão são ainda considerados segredo de estado pelas autoridades do país. Se é difícil avaliar a dimensão dos estoques, há ainda maiores dificuldades em se conhecer sua qualidade.

O fato é que em março de 1995 o governo da China anunciou um aumento de 29% nos preços oficiais de aquisição da fibra, que passaram a algo em torno de US$1.624/t, quantia ainda distante dos US$2.088/t, ou até US$2.436/t pagos pelo mercado negro.

Em 1996, os responsáveis pela política agrícola chinesa anunciaram que a responsabilidade pela oferta e pelo consumo de algodão passaria às províncias, com exceção dos grandes centros têxteis como Shangai, Beijing e Tainjin, onde a oferta da fibra será garantida pelo governo central. O abastecimento desses centros será proveniente das províncias onde há excedentes (como Xinjiang, no Nordeste do país) ou de importações. Embora as medidas não sejam muito claras, o que dificulta projeções, nota-se uma certa relutância do governo em partir para um sistema de distribuição de algodão mais orientado pelo mercado.

Outra modificação recentemente anunciada foi a da reestruturação do órgão responsável pela economia algodoeira. Segundo as informações obtidas, o sistema de cooperativas de oferta e comercialização será reformado nos níveis provincial e local e uma cooperativa central supervisionará o sistema. A cooperativa central se reportará diretamente ao Conselho de Estado, o que parece indicar maior controle central da atividade.

Um dos problemas mais importantes da cultura do algodão tem sido o bicudo, que afeta praticamente todas as regiões produtoras. Ainda assim, na safra 1995/96 os rendimentos físicos da lavoura aumentaram 12%, sendo obtidos 879kg/ha, ainda distantes do rendimento recorde da safra 1984/85, de 930kg/ha. Os ataques ao bicudo foram dificultados pelo aumento do custo dos insumos e pela resistência da praga aos inseticidas usados para combatê-la. Por outro lado, está se disseminando a adoção de práticas inovadoras e de baixo custo, como o uso de iluminação de alta intensidade e o consórcio com fileiras de milho que atraem as pragas e permitem destruí-las manualmente.

O consumo dos óleos vegetais em locais fora do domicílio passou a ter considerável importância e está fortemente relacionado à evolução da renda.

O fato de que boa parte do algodão é plantado em pequenas explorações facilita a disseminação das pragas e dificulta a aplicação de agroquímicos, a qual exigiria uma intensa coordenação entre os agricultores para se tornar efetiva.

As perspectivas de longo prazo indicam um aumento gradual das importações e a manutenção de exportações em um nível reduzido. Espera-se que a produção de algodão aumente, mas que se mantenha aquém do crescimento esperado da demanda interna e das exportações de têxteis. Há um espaço potencial para o aumento do rendimento físico da lavoura, mas isso será dificultado pelos custos crescentes dos insumos e pelo baixo nível dos preços de aquisição governamentais. Portanto, em condições climáticas normais, a China deverá se manter como importador líquido da fibra, embora nada impeça que, havendo coincidência entre condições climáticas ótimas e política setorial favorável, o país seja eventualmente exportador líquido. Espera-se que as importações chinesas de algodão atinjam algo em torno de 835 mil toneladas em 2005, embora, mantidas as tendências mais recentes, esse montante possa ser atingido ainda mais cedo. As exportações ficariam ao redor de 95 mil toneladas.

Uma vez que as exportações de produtos têxteis respondem por cerca de 30% da receita externa da China, a importância do segmento para a economia nacional implica que o governo deverá manter um controle maior do que em relação a outras commodities. Ainda recentemente, por exemplo, o governo chinês divulgou uma série de normas bastante rigorosas em relação à comercialização, classificação, distribuição e preços do algodão.